

A SUBSCRIÇÃO PÚBLICA NACIONAL PARA AMPLIAÇÃO DA MARINHA (1822-1828)*

VAGNER DA ROSA RIGOLA**
Capitão-Tenente (AFN)

SUMÁRIO

Introdução
A subscrição pública para aumento da Marinha e seu contexto
Recorrendo ao povo: da formalização da ideia à publicação do decreto
A adesão dos cidadãos e a execução das ações
Os resultados da captação dos recursos
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Apenas 17 dias haviam se passado do “Grito do Ipiranga” quando Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e Joaquim Gonçalves Ledo encaminharam ao imperador um plano de subscrição pública¹ para colaborar com o fortalecimento

da Marinha Imperial brasileira. Desse ato resultou uma das primeiras ações conjuntas para o estabelecimento de uma instituição perene voltada à defesa dos interesses do país.

Já compreendida como um elemento primordial para a garantia da independência, a Marinha precisava ser reforçada.

* Adaptação e atualização do artigo publicado na revista *Navigator* (2º semestre de 2022).

**Mestrando em História Marítima pela Universidade de Lisboa e pesquisador na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

1 A participação do imperador, e depois a da imperatriz, logo no início da execução do plano, serviram como conclamação aos defensores da causa brasileira. Vários dos navios que resultaram dos esforços daquele contexto, embora não necessariamente resultantes dos esforços da subscrição, foram batizados com designações que faziam referência ao elemento nacional: o *Caboclo*, o *Guarani*, a *Campista*, a *Piranga*, a *Paraguassu*, a *Niterói* etc. Uma identidade estava a ser construída.

Diante das condições econômicas do Brasil recém-independente, isso só seria possível por meio da participação dos cidadãos do Império. Foi assim que o plano de Gonçalves Ledo e Luiz da Nóbrega foi aprovado e posto em prática².

O procedimento alcançou grande parte do território nacional, e os resultados decorrentes dos esforços coletivos, incluindo donativos de políticos, religiosos, militares e outros indivíduos, buscaram contribuir para a garantia da soberania e da própria independência³. Naturalmente, isso não significa afirmar que o processo de independência brasileiro e, conseqüentemente, o Estado e a nação derivaram da preexistência de um caráter nacionalista, o que, aliás, escaparia do propósito deste estudo⁴.

Dada a efervescência do período em que se deu, em meio a decisões fundamentais nos campos político-militar, diplomático, econômico e social, o assunto permaneceu olvidado por longa data, não ultrapassando mais do que algumas linhas quando abordado em estudos precedentes. Com esta pesquisa pretende-se resgatar um pouco dessa história, examinando a sistemática de funcionamento e a execução da subscrição pública mensal para aumento da Marinha.

A ideia deste estudo despertou após a leitura da obra *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história (1822-1889)*, de Juvenal Greenhalgh. Nesta publicação, ao abordar o assunto, o autor apontou a participação de brasileiros de todas as regiões do país, os quais, “acorrendo ao apêlo que lhes foi feito, subscreveram quantias cujo montante nunca foi apurado” (GREENHALGH, 1965, p. 5). Provocado, assim, o interesse em esclarecer a verdade histórica, pretende este trabalho, se não fechar, ao menos diminuir essa lacuna, ou, ainda, trazer à tona novas questões para os estudiosos do tema.

Importa consignar que o período estudado engloba a criação e a reestruturação de diversos órgãos e instituições, entre os quais as Forças Armadas. Além de direcionar-se especificamente para assuntos navais, a análise não ultrapassará a interpretação dos acontecimentos referentes à subscrição, o que não significa dizer que outros processos não estavam a ocorrer em paralelo.

Embora sem a apresentação de pormenores, alguns autores discorreram sobre o assunto anteriormente. Nesse sentido, Theotônio Meireles da Silva (1882) ressaltou a colaboração dos brasileiros

2 Cabe salientar que o procedimento aqui estudado teve início no ano de 1823, portanto o mesmo período em que se discutiam as questões que levaram à Constituição de 1824, a primeira do Brasil independente. Indubitavelmente, aquele contexto carregava um forte peso de um passado colonial de mais de três séculos. A população era majoritariamente analfabeta, a sociedade escravocrata, a economia monocultora/latifundiária e o Estado absoluto. Portanto, havia uma grande parcela da população considerada como “cidadãos passivos”, com direitos reduzidos e desiguais. A cidadania e suas dimensões, como hoje se conhecem, decorreram de conquistas realizadas com o passar do tempo, com a incorporação de direitos civis, políticos e sociais, nesta ordem. Dessa forma, à época da independência não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira, pelo menos da maneira como se interpreta nos dias atuais (CARVALHO, 2002, pp. 8-18).

3 É de notar que o alcance da subscrição pública deve ser pensado sob a perspectiva do período em que ocorreu: com habitantes dispersos em uma vasta área territorial, com a típica morosidade nas comunicações e uma grande parcela de escravizados e analfabetos entre os habitantes. Não há de se negar que tais questões tenham limitado a abrangência do procedimento, todavia o mérito da proposta e mesmo os seus resultados não devem ser desprezados por tais razões até então incontornáveis. Ainda assim, a identificação pormenorizada dos agentes e participantes da subscrição deve ser um objetivo a ser alcançado na sequência deste levantamento preliminar.

4 Para um melhor entendimento dos conceitos de revolução, Estado e nação no período da independência, aqui não discutidos, sugere-se consultar o trabalho de João Paulo G. Pimenta (PIMENTA, 2009).

com grandes donativos vindos de todas as partes, além de publicar importantes documentos sobre o assunto. Jaceguai (1903, p. 98) declarou que o plano da subscrição, “proclamado por um decreto imperial, produziu surpreendentes resultados”. Com esse autor corroboraram Lucas Alexandre Boiteux (1954), Prado Maia (1975) e Brian Vale (2002), os quais, sucintamente, também interpretaram o plano como bem-sucedido.

Na mesma linha seguiu Hélio Franchini Neto (2019, p. 256), ao atestar a medida como “muito exitosa, inclusive com a contribuição de entidades coletivas, permitindo a aquisição de navios de guerra, principalmente nos Estados Unidos da América e no Reino Unido”. Em contrapartida, Greenhalgh (1965, p. 6) considerou “o produto da subscrição popular insuficiente para os fins propostos”, enquanto Herick Caminha (1986, p. 128) declarou que a subscrição “valeu mais como meio de sensibilizar a opinião pública quanto a determinado problema do que pelos seus eventuais resultados práticos”.

Embora não fazendo menção específica à subscrição para aumento da Marinha, Jurandir Malerba (2006, p. 153) apresentou uma visão crítica às “listas de socorro que circulavam na Corte para salvar as despesas do Estado e da casa real”, sobre as quais aventou a possibilidade de serem espécies de “moeda de troca” para os pedidos de mercês.

A partir dessas perspectivas, e amparando-se em critérios estabelecidos do ponto de vista heurístico e hermenêutico, pretende-se desenvolver o trabalho aplicando como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica. Para tanto,

inicialmente, apresentar-se-á uma breve contextualização do ambiente em que se deu a subscrição pública. Em seguida, tratar-se-á da apresentação da ideia e da aprovação das diretrizes do plano para o desenvolvimento das ações.

Por fim, serão evidenciadas as principais ações do decorrer da captação dos recursos, além dos dados e resultados gerais dos trabalhos. Tendo em vista a não identificação de estudos anteriores a adentrarem nas minúcias do tema, o *corpus* documental a ser consultado estará baseado, primordialmente, nas fontes primárias.

Em vista disso, avultará em importância o acesso aos periódicos da época, com destaque para o jornal *Diário do Governo*, cujas páginas publicavam os atos e documentos oficiais dos anos de 1823 e 1824⁵. Evidente que essa fonte é propensa a apresentar uma perspectiva governamental dos acontecimentos, ainda assim, vista com a devida moderação, tenderá a apresentar informações bastante relevantes.

Sendo assim, dadas as características do estudo, cujo desenvolvimento tende a empreender uma análise sistemática tanto de fontes bibliográficas quanto da imprensa periódica da época, será realizada uma pesquisa de tipo exploratório, com o emprego de uma abordagem qualitativa.

Entende-se que a leitura crítica dos assuntos discutidos pelos autores acima referidos, ao lado da análise pormenorizada dos documentos do período, possa fornecer elementos para a construção de novos conhecimentos sobre a temática abordada, contribuindo para o estudo histórico na medida de suas possibilidades.

5 E também dos anos de 1832 e 1833. Entre meados de 1824 e 1831, essa função foi desempenhada pelo jornal *Diário Fluminense*.

A SUBSCRIÇÃO PÚBLICA PARA AUMENTO DA MARINHA E SEU CONTEXTO

Após a declaração de independência, o Brasil precisou afastar de seu território as tropas portuguesas que o ocupavam. Essas tropas eram subsidiadas por empréstimos contraídos junto aos comerciantes de posses da Bahia, do Maranhão, do Pará e de Montevidéu e apoiadas por navios de guerra regularmente armados (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1938). Dadas as condições que se apresentavam naquele contexto, a atuação da Marinha seria fundamental para que as forças brasileiras atingissem o seu propósito.

Segundo a narrativa de Thomas Cochrane⁶ (2003, p. 36), D. Pedro I constatou que, “sem armada, o desmembramento do Império – pelo que respeitava às províncias do Norte – era inevitável”. Assim sendo, foram necessárias energia e sagacidade dos primeiros estadistas do império brasileiro para a construção de uma Marinha respeitável (JACEGUAI; OLIVEIRA, 1940).

A tarefa de constituir uma força naval capaz de colimar esse propósito recaía, funcionalmente, sobre os ombros do ministro da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, embora José Bonifácio⁷ e o próprio imperador coadunassem com a ideia. Para lograr esse intento, seria imperioso reparar os navios portugueses remanescentes no Brasil⁸, adaptar e adquirir outras unidades, contratar⁹ oficiais de Marinha experientes para comandar e tripular os navios e recrutar pessoal subalterno (CAMINHA, 1986).

Para a execução de seu mister, Cunha Moreira tinha a seu favor a vantagem de terem sido mantidas instalações navais, tanto as administrativas quanto as do Arsenal de Marinha e seus estaleiros, quando do retorno de D. João VI a Portugal. Além disso, possuía o controle da Baía de Guanabara, considerado o melhor ponto da costa brasileira sob o ponto de vista de defesa (VALE, 2002).

Contudo eram precárias as condições de manutenção das estruturas. O Arsenal encontrava-se ocioso, com os navios existentes necessitando de manutenção no anco-

6 Lorde Cochrane comandou a Esquadra brasileira de 1823 a 1825, participando da Guerra de Independência e da repressão à Confederação do Equador. No primeiro semestre de 1825, no Maranhão, após numerosos e insistentes pedidos de providências ao governo brasileiro para o envio de quantias que eram devidas às tripulações sob seu comando, tomou, a título de adiantamento, dos recursos existentes na província do Maranhão, parte da importância que considerava devida a si próprio e às suas tripulações e, depois de entregá-las a estas, zarpu para a Inglaterra, a pretexto de submeter a reparos a Fragata *Piranga*. Exonerado do Comando em Chefe da Esquadra brasileira e chamado ao Brasil para acerto de contas, não atendeu à convocação. Por decreto de 10 de abril de 1827, foi demitido do posto de primeiro-almirante da Marinha brasileira (CAMINHA, 1986, p. 15).

7 Como ministro do Império, José Bonifácio, cujas funções eram, de fato, as de primeiro-ministro, superintendia ou aprovava as medidas que se tomavam em todos os departamentos do Governo. Ademais, como ministro dos Estrangeiros, cabia-lhe, pessoalmente, o trato dos respectivos negócios, entre os quais avultava a aquisição fora do Brasil de navios e materiais navais, assim como o recrutamento das guarnições, oficiais e marinheiros estrangeiros, para suprir as insuficientes e ineficientes que possuía o país (BOITEUX, 1963, p. 96).

8 Para acesso à lista dos navios que constituíram o núcleo da Marinha Imperial brasileira, consultar a obra *Da Armada Real para a Marinha Imperial: as unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Coord. Pierre Paulo da Cunha Castro e José Antônio Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020, pp. 192-196.

9 Foi impossível tripular os navios com marinheiros nacionais, visto que a navegação costeira era toda feita por portugueses. Consequentemente, mandaram-se ordens a Felisberto Caldeira Brant, que havia sido nomeado encarregado de Negócios do Brasil em Londres, para engajar oficiais e maruja, propondo-lhes condições a eles mui vantajosas. As forças de terra também tiveram aumento, e, por um decreto de 8 de janeiro, organizou-se um batalhão de estrangeiros (ARMITAGE, 2011, p. 118).

radouro, os cofres do Estado quase vazios, e as matérias-primas e utensílios navais eram de baixa qualidade. Tais condições, aliadas à ausência de pessoal especializado para as lides do mar, tornavam árdua a tarefa do ministro da Marinha (VALE, 2002).

Dessarte, “ordenou-se o concerto de todos os navios existentes, e o Arsenal começou a trabalhar activamente” (PALHA, 1880, p. 27). Com base nesse núcleo de navios portugueses, nasceu a Marinha do Império do Brasil, a qual foi sendo incrementada com novas aquisições no país e no exterior, apresamentos e doações voluntárias resultantes da beneficência tanto de instituições coletivas quanto da população e do próprio imperador¹⁰.

De acordo com Franchini Neto (2019, p. 378), “a mobilização em torno dos recursos incluiu subscrições, compras de navios e de material e foi eficiente em construir o núcleo da Esquadra brasileira”. O reforço da Marinha Imperial brasileira, baseado na subscrição pública, levada a cabo a partir de 1823, doravante, será o foco desta análise.

RECORRENDO AO POVO: DA FORMALIZAÇÃO DA IDEIA À PUBLICAÇÃO DO DECRETO

Convencidos de que a construção de uma Marinha forte era imprescindível

para o sucesso da causa brasileira, não tardaram os estadistas nacionais a examinar formas de tornar concreto esse desígnio. Foi nesse contexto que, em 24 de setembro de 1822, Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e Joaquim Gonçalves Ledo encaminharam a D. Pedro o plano de uma subscrição pública para auxiliar o Estado na criação de uma Marinha.

O texto constava da apresentação de uma proposta contendo uma conclamação aos brasileiros e o plano preliminar para o estabelecimento de uma subscrição mensal. Tal conteúdo fora publicado

no jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, em 1º de outubro de 1822, e assim iniciava:

Senhor. Temos a honra de levar à Prezença de V. A. R. o plano de huma subscrição, que projectamos propor aos Habitantes desta, e de todas as Provincias do Brazil a fim

de auxiliar o Estado na criação de huma Marinha de Guerra. Possa este nosso projecto merecer a Approvação de V. A. R., porque com ella estamos certos de excitar o entusiasmo, e o patriotismo de Póvos, que tanto Amão a V. A. R. Beijão a Mão de Vossa Alteza Real. Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho. Joaquim Gonsalves Ledo. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 1º de outubro de 1822, n. 19, p. 233)

“A mobilização em torno dos recursos incluiu subscrições, compras de navios e de material e foi eficiente em construir o núcleo da Esquadra brasileira”

Franchini Neto

¹⁰ Por volta de março de 1823, tinha sido duplicada a força da Marinha, possuindo então o Brasil 13 grandes navios, carregando 356 canhões. Agora, o país tinha como recursos os seus navios de guerra, e havia razão para o governo sentir-se satisfeito com o que havia alcançado, mas, ainda assim, o sucesso de seus esforços era ameaçado por um grande problema de pessoal (VALE, 1971, p. 16).

A convocação enfatizava sentimentos patrióticos e de união, ressaltando os deveres de cidadão, “tendo parte na prosperidade da pátria com a prestação com que concorre a sua defesa” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 1º de outubro de 1822, n. 19, p. 234). O chamado não se estendia somente aos brasileiros, mas também aos portugueses que viviam no país. A esses foi dirigido o seguinte trecho: “portugueses que hoje formais a grande associação Brasileira, se vos interessa a Patria, deve interessar-vos a sua gloria, e se quereis que esta se consiga, deveis repartir com ella da vossa fortuna, porque da sua conservação nasce a vossa mesma conservação, e a de vossos filhos” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, 1º de outubro de 1822, n. 19, p. 234).

Tratava-se, dessa forma, de uma convocação geral à população e propunha que começasse “por huma contribuição voluntaria, e mensal, e acomodada às circunstâncias do pobre, e do poderoso”, e ainda dizia:

a Patria está convencida que nenhum de seus filhos deixará de acudir aos seus chamamentos, quando for tempo; mas também sabe que de longe se prepara a guerra e que de longe se despoem a deffeza: he preciso que nos acautelemos com muralhas de páo: he preciso Marinha, e nós a não temos!¹¹... Em hum paiz com tantas proporções para assombrar os mares! Cuidemos, pois, Cidadãos Brasileiros, cuidemos

voluntariamente deste ramo: a guerra bate as nossas portas, e as nossas batalhas devem ser pelejadas além do Cabo de Santo Agostinho. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, n. 19, 1º de outubro de 1822, p. 235)¹²

Diante de tal ideia, coube ao ministro da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio, apresentar o plano ao imperador (BOITEUX, 1954). Nesse ínterim, com a publicação do plano na imprensa¹³ e com a efervescência do período que se seguiu ao “grito do Ipiranga”, não tardou que surgissem manifestações de apoio à proposta, mesmo antes da aprovação oficial do plano.

Nesse sentido, já em 20 de novembro de 1822, os habitantes da Vila de São Salvador de Campos¹⁴, representados pelo seu comandante militar, José Manuel de Moraes, ofereceram-se para fabricar um brigue a sua custa no estaleiro local. A oferta se dava para que pudesse “ter o exercício que a Vossa Magestade Imperial aprover, ou fazendo-o guarnecer de Artilharia para ser empregado como vaso de guerra, ou que não sendo artilhado, possa servir para conduzir madeiras para os Estaleiros Nacionaes e Imperiaes” (MORAES, José M. [Correspondência]. Destinatário: D. Pedro I. Vila de São Salvador de Campos, 20 nov. 1822. 1 ofício. *apud* SILVA, 1882, 2º vol., pp. 109-110).

Para o desempenho de tal mister, o mestre construtor da região alertou que a barra da região só permitia saída de embarcações de “dez palmos d’agua”,

11 Este trecho da convocação foi usado para compor o título deste trabalho.

12 Gonçalves Ledo fez público o seu plano também pelas páginas do *Correio do Rio de Janeiro*, edição nº 146, datada de 7 de outubro de 1822, pp. 655-656.

13 Vale frisar que, no começo do ano de 1823, a imprensa ativa no Rio de Janeiro era francamente favorável ao gabinete Andrada. Entretanto, no início dos trabalhos da Constituinte, em 3 de maio, esse quadro inverteu-se. Da tribuna da Câmara, os adversários passaram a protestar livremente (MALERBA, 2006, p. 257).

14 Hoje a cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.

além de prometer que desempenharia “a construção pelos preceitos da arte¹⁵”. (MORAES, José M. [Correspondência]. Destinatário: D. Pedro I. Vila de São Salvador de Campos, 20 nov. 1822. 1 ofício. *apud* SILVA, 1882, 2^o vol., pp. 109-110)

Da mesma maneira, os cidadãos fluminenses José Luiz da Costa e Francisco Vieira de Souza ofertaram madeiras para auxiliar na construção de navios para a Armada nacional. Por uma portaria de 12 de dezembro de 1822, o ministro da Marinha agradeceu a doação em nome do imperador e mandou nomear recebedor para o material¹⁶.

Sendo presente a S. M. I., o oferecimento, que fez José Luiz da Costa, do Districto de Macahé, de quatro dúzias de Taboas de Tapinhoã¹⁷ de forro, primeira sorte postas no porto de embarque da Barra do Rio de S. João; Manda o Mesmo Augusto Senhor pela Secretaria d’Estado dos Negocios da Marinha louvar muito ao referido José Luiz da Costa o seo patriotismo, de que deo decisiva prova com o mencionado oferecimento a favor da Armada nacional, de que este Imperio tanto carece para sua defesa; e participar-lhe que ao Capitão de Mar e Guerra encarregado do corte das Madeiras de Cabo Frio se expede ordem para nomear pessoa que receba a dita Madeira no citio indicado do Rio de S. João. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1822 – Luiz da Cunha

Moreira. N. B. Na mesma conformidade e data se escreveu igual Portaria e louvor a Francisco Vieira de Souza, que offereceo a mesma porção de Taboado posta no Porto de embarque do Rio das Ostras. (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 17, 23 de janeiro de 1823, p. 67)

Somente após decorridos quatro meses da apresentação da ideia da subscrição, foi, oficialmente, aprovada a proposta. Para tanto, em 24 de janeiro de 1823, publicaram-se um decreto e o plano de execução, os quais passaram a regular a arrecadação e a fiscalização do programa de Ledo e Nóbrega.

Havendo tomado em mui séria consideração o Plano, que baixa junto com este, de uma modica subscrição mensal para a compra gradual de novas embarcações de guerra, ou reparo, e concertos das antigas, e que elle foi offerecido por homens de zelo, sinceros e ardentes amigos da causa do Brazil, e minha; e considerando além disto que a extensa Costa, e continuos portos deste rico, ameno e fértil Imperio, que a Providencia talhára para os mais altos destinos de gloria e de prosperidade, só podem ser bem defendidos por uma Marinha respeitável, e que, para obter esta, devo, com preferênciam, escolher e abraçar aquelles meios que mais cedo conduzirem a tão uteis fins, sem comtudo gravarem ou empobrecerem o povo:

15 Segundo Juvenal Greenhalgh (1965, p. 6), a doação “só foi realizada muito mais tarde, com uma canhoneira, por não ter sido aprovado pelo construtor naval do Arsenal do Rio o risco então apresentado pelos doadores de Campos”.

16 Ver mais sobre esse assunto na edição nº 17 do Jornal *Diário do Governo*, datada de 23 de janeiro de 1823.

17 *Mezilaurus navalium* ou *M. crassiramea*, família *Lauraceae*. As denominações tapinhoã e canela-tapinhoã são as mais antigas, quando as madeiras do gênero *Mezilaurus* eram colhidas na Região Sudeste e abasteciam os arsenais do Rio de Janeiro e da Bahia. Hoje, vindas todas da Amazônia, são mais conhecidas como itaúba. Aplicada na carpintaria naval para as vigas das obras vivas, como cavernas, sobrequilha, escoas, coral, vaus e latas, mas não para quilha, roda de proa, cadaste, sobresano e verdugo. Boa também para assoalho de convés, braços de caverna e vigas de borda-falsa e superestrutura (GONZAGA, 2006, pp. 226-227).

Hei por bem aprovar o referido plano, nomeando desde já para Fiscal da Comissão a Luiz da Cunha Moreira, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios da Marinha: E outrosim, recomendar mui positivamente aos Governos e Camaras das diferentes Provincias deste Imperio o exacto e pontual desempenho das obrigações que, pelo mencionado Plano, ficam a seu cargo. Palacio do Rio de Janeiro, em 24 de Janeiro de 1823. Com a Rubrica de Sua Magestade Imperial. Martim Francisco Ribeiro de Andrada.¹⁸ (BRASIL, 1823, Tomo IV, p. 12)

O plano com as diretrizes para a subscrição mensal para aumento da Marinha

de Guerra do Império do Brasil corresponderia a uma adaptação da já citada proposta apresentada em 24 de setembro do ano anterior. Em resumo, o programa constava da assinatura de uma ou mais ações no valor de \$800 (oitocentos réis),¹⁹ a serem pagas no início de cada mês ao longo de três anos²⁰ (BRASIL, 1823).

Foram nomeados agentes recebedores em todas as localidades para arrecadarem os donativos e os remeterem aos tesoureiros locais, os quais encaminhariam os valores ao tesoureiro da capital da respectiva província. Estes, por sua vez, trimestralmente, deviam enviar as quantias ao tesoureiro-geral na Corte, Francisco José da Rocha²¹, o qual as recolhia ao erário também a cada três meses²² (BRASIL, 1823).

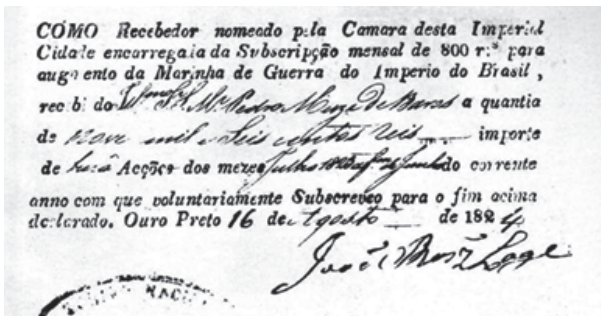


Figura 1 – Modelo de recibo entregue aos participantes da subscrição
Fonte: (VALE, 1971, p. 5)

- 18 Os textos do Decreto de 24 de janeiro de 1823 e do “Plano de uma subscrição mensal para aumento da Marinha de Guerra do Império do Brasil, oferecido à aprovação de S. M. P” também foram publicados na edição nº 26, de 3 de fevereiro de 1823, do periódico *Diário do Governo*.
- 19 Moeda vigente à época e a que por mais tempo circulou no Brasil: de 1500 a 1942. Foi substituída pelo cruzeiro na reforma monetária do governo Getúlio Vargas, a primeira a tentar organizar o sistema financeiro nacional. Conforme Gomes (2007), o valor da conversão de 1:000\$000 (um conto de réis ou mil mirrís), em reais, seria de aproximadamente R\$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais) em 2007. Por essa lógica de conversão aproximada, o valor de \$800 (oitocentos réis) corresponderia a R\$ 98,40 (noventa e oito reais e quarenta centavos).
- 20 A serem contados da data de início do estabelecimento da subscrição em cada província (BRASIL, 1823).
- 21 Na falta ou impedimento do tesoureiro-geral, o plano previa a sua substituição por Antonio da Costa Pinto e Silva. O tesoureiro-geral poderia ser auxiliado por um escriturário de sua escolha e devia publicar, no fim de cada mês, o “estado da subscrição” (BRASIL, 1823).
- 22 Os seguintes indivíduos foram nomeados como encarregados de promoverem a subscrição na Corte: Fernando Carneiro Leão, Mariano Antonio de Amorim Carrão, Francisco José Guimarães, João Francisco de Pinho, Joaquim José Pereira de Faro, João Alves de Souza Guimarães, José Antonio dos Santos Xavier, Domingos José Teixeira, Albino Gomes Guerra e José Joaquim da Rocha (BRASIL, 1823).

Ficou expressa a recomendação de zelo e auxílio dos governos das províncias para com as Câmaras e os tesoureiros. Do mesmo modo, ficou previsto que todas as remessas deveriam ser encaminhadas com guias referendadas pelas respectivas Câmaras e com a lista dos subscritores para que, na Corte, fosse realizada a publicação por meio da imprensa²³ (BRASIL, 1823).

Os agentes da subscrição na Corte, o tesoureiro-geral e um fiscal nomeado pelo imperador formavam a comissão pelo imperador formavam a comissão encarregada da compra de embarcações. As características dos navios seriam designadas pelo fiscal após coordenação com o soberano.

Ademais, a comissão era responsável por todo o manejo econômico e administrativo da subscrição. Nesse sentido, poderia não só comprar, mas também consertar os navios existentes: “e se parecer á mesma Comissão, que convém antes consertar alguma das actualmente incapazes de navegarem, o poderá fazer com a aprovação de Vossa Magestade Imperial” (BRASIL, 1823, p. 13).

Por fim, o plano contendo as diretrizes de funcionamento da subscrição é encerrado com o reforço da ideia de necessidade de uma Marinha e com a certeza da adesão popular diante da modicidade da proposta.

A convicção de que a extensa Costa deste Império, e seus muitos portos só podem ser defendidos por uma boa

Marinha; a persuasão de que por este meio ella terá diários e conhecidos aumentos, sem gravame do povo, visto a modicidade da subscrição mensal; que facilita a concurrencia dos subscritores; finalmente a quase certeza, de que a mór parte dos nossos concidadãos prestar-se-hão de bom grado a tão tênue donativo, são os poderosos estímulos, que nos incitam a oferecer a Vossa Magestade Imperial este Plano. Digne-se, pois, acceital-o e approval-o; e o nosso Brazil mais cedo e seguro, florente e salvo. (BRASIL, 1823, Tomo IV, p. 13)

É de convir que os cidadãos de grande parte do país não se negaram a concorrer a tão nobre finalidade, o fortalecimento da Marinha Imperial brasileira

É de convir que os cidadãos de grande parte do país não se negaram a concorrer a tão nobre finalidade, e os resultados logo haveriam de surgir.

A ADESÃO DOS CIDADÃOS

E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Seguiu-se a execução da proposta. Já em 15 de fevereiro, o ministro da Fazenda solicitou à Câmara da Corte a expedição do decreto e do plano “a todas as Câmaras da Província, para que, com atividade e patriotismo, com que se distinguem, os façam publicar em seos respectivos districtos, promovendo os interessantes e attendíveis fins a que se propõem” (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 57, 11 de março de 1823, p. 233).

Os resultados da subscrição não tardaram a surgir. Como incentivo, o próprio im-

23 Essas listas foram tornadas públicas no jornal *Diário do Governo* a partir de 18 de março de 1823, passando a ser publicadas pelo jornal *Diário Fluminense* a partir de 21 de maio de 1824.

perador doou ao Estado, em 23 de janeiro de 1823, o Brigue *Maipu*, de 18 canhões, comprado de David Jewett²⁴ por 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis)²⁵, e cujo nome foi modificado para *Deligente*²⁶ e, depois para *Caboclo* (MAIA, 1975).

A partir de meados de março, iniciaram-se as publicações na imprensa dos resultados parciais da subscrição. Na edição nº 63 do periódico *Diário do Governo* apareceu o nome do imperador encimando a lista dos subscritores com 250 ações, contendo nota indicativa de que pagava adiantado os três anos²⁷.

Seguia ao do imperador o nome do Visconde Porteiro Mor com 100 ações²⁸, com a indicação de que pagava um ano adiantado. Além desses, nesta primeira lista incluíram-se 58 subscritores, totalizando 763 ações (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 63, 18 de março de 1823).

A edição de 24 de março já trouxe um total de 1.380 ações e a indicação de que o Conselheiro Vicente Navarro de Andrade “não podendo concorrer mensalmente, por dever ausentar-se em serviço nacional, assignou por trezentas ações por uma só vez que logo pagou” (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 67, 24 de março de 1823, p. 290). Passados apenas 13 dias, esse número haveria de dobrar, já contabilizando 2.625 ações na edição de 5 de abril.

A adesão foi crescente em número de pessoas naqueles primeiros meses da arrecadação, mas não faltou quem observasse o fato de que algumas pessoas conhecidas na sociedade por suas posses poderiam contribuir mais. Também ficou patente o clima de desconfiança de alguns indivíduos em relação ao elemento lusitano naqueles primeiros tempos da independência. Para alguns, a subscrição estava revelando a falta de apoio dos portugueses ao reforço da Marinha de Guerra (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 63, 15 de maio de 1823).

Em correspondência publicada no *Diário do Governo* de 7 de abril, assinada por “as duas irmãs”, via-se um caso passível de exemplificação: “vamos conhecendo pessoalmente muitos chumbados²⁹ encobertos; e promettemos dizer alguma coisa a cerca d’aquelles que, na subscrição para aumento da Marinha, tem ficado muito abaixo das suas possibilidades, quando melhor informados da quantidade de chumbo de cada um podemos facilmente desmascaral-os” (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 76, 7 de abril de 1823, p. 343).

As críticas eram bastante variadas. Em uma longa correspondência, publicada em 15 de maio de 1823, um leitor fazia um paralelo com contribuições semelhantes havidas na Inglaterra e denunciava a

24 Oficial norte-americano que também já havia sido admitido a serviço dos países do Prata. Foi o primeiro oficial estrangeiro contratado pela Marinha do Brasil. Inicialmente, recebeu o posto de capitão de mar e guerra e o comando da Fragata *União* (BOITEUX, 1917, p. 136).

25 Ver Jornal *Diário do Governo*, datado de 5 de fevereiro de 1823, nº 28, p. 111.

26 Ver edições n. 29 e 45 do Jornal *Diário do Governo*, referentes aos dias 6 de fevereiro e 25 de fevereiro de 1823.

27 250 ações x \$800 (oitocentos réis) = 200\$000 (duzentos mil réis) mensais x 36 meses = 7:200\$000 (sete contos e duzentos mil réis). Segundo as informações contidas na conversão aproximada de Gomes (2007), isso corresponderia a R\$ 885.600,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos reais).

28 100 ações x \$800 (oitocentos réis) = 80\$000 (oitenta mil réis) mensais. Logo, o custo do pagamento de um ano adiantado foi de 960\$000 (novecentos e sessenta mil réis). Pela conversão aproximada de Gomes (2007), isso corresponderia a R\$ 118.080,00 (cento e dezoito mil e oitenta reais).

29 O chumbismo, na época da independência, era um terminologia usada para designar a afeição partidária ao regime colonial (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS).

escassa contribuição de determinados indivíduos e setores da sociedade.

Combinem Srs. Redactores, este procedimento de alguns moradores desta Corte (não fazendo distinção dos nascidos aqui ou ali), com o procedimento dos ingleses, quando na guerra da sua Pátria, foram multados tanto por cento sobre os seus bens, que de entre eles, a maior parte se fizeram possuidores de fundos imaginários, somente a fim de contribuir com mais, do que se pedia; no Brasil, os seus meos Srs., ocultam-se a isso prestarem-se, esquecendo-se que foi aqui o solo que o fez gente, praticando e dourando o seu chumbismo. Apосто eu Srs. Redactores, que se S. M. I., os condecorasse com a fíada da nova Ordem Militar, ou lhes desse algum lugar proveitoso, nessa ocasião eles se esportariam. Ora ainda lhes quero dizer mais que alguns, tudo isto tem obtido, vão obtendo, e esperam ainda alcançar, já estando bem recheados de honras, mando, e dinheiro, e, todavia, para a subscrição voluntaria, e mensal para aumento da Marinha de Guerra deste vastíssimo Império – uma acção. (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 63, 15 de maio de 1823, p. 534)

É evidente e até presumível que, em torno da Corte, existiam elementos que orbitavam na busca de reconhecimento, benesses e privilégios próprios. Esse motivo, associado à maior densidade demográfica e à atividade marítima do Rio de Janeiro, tornou preponderante a participação da região na subscrição para reforço da Marinha. É de notar que os debates em torno do tema eram recorrentes. Embora tratassem sobre as contribuições e a clareza do procedimento de captação,

jamais questionavam o fim a que se destinava a subscrição.

Sobre a transparência dos procedimentos, lembra-se o pedido realizado pelo tesoureiro da subscrição no Engenho Velho, Manoel Joaquim Rodrigues Bastos, em 21 de março de 1824:

Bem que todos os mezes apareça no seu Diário o importe do que cada hum dos Thesoueiros entrega ao Thesoureiro Geral da Subscrição mensal para a Marinha de Guerra deste Império, desejava com tudo que V. m. fizesse publico pelo mesmo Diário o estado do recebimento da mesma Subscrição na freguesia do Engenho Velho; isto não só para conhecimento dos Srs. Subscriptores da mencionada Freguezia, mas para satisfação dos cobradores della. (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 69, 27 de março de 1824, p. 289)

Não é de estranhar que um mecanismo de arrecadação, cujo manejo estava a cargo de muitos cidadãos e que envolvia pagamento em espécie, despertasse nos contribuintes o desejo de se verificar um efetivo controle. Por essa razão, muitos cidadãos acompanhavam de perto as publicações dos resultados que saíam na imprensa escrita.

Em 8 de abril, a lista de subscriptores já avultava a soma de 2.854 ações. No acompanhamento do progresso da subscrição, realizado pelo jornal *Diário do Governo*, foi relevante a publicação de que “Sua Magestade, a Imperatriz, assignou por 100 ações mensaes, e pagou logo o importe dos três anos”, os quais totalizaram a importância de 2:880\$000 (dois contos, oitocentos e oitenta mil réis) (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 77, 8 de abril de 1823, p. 345).

Ainda no final daquele mês, a comissão encarregada da subscrição na Corte nomeou como recebedor o cidadão José Mar-

ques de Sá, morador da Rua da Quitanda nº 54, tornando público aos moradores do distrito do Largo da Lapa até os caminhos novo e velho de Botafogo e suas travessas que “todos aquellos que quizerem pagar podem dirigir-se à dita caza” (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 94, 28 de abril de 1823, p. 448). Além disso, uma nota, datada de 10 de abril, mandou isentar do serviço militar alguns indivíduos enquanto estivessem envolvidos na arrecadação em curso (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 99, 3 de maio de 1823, p. 474).

Quanto à adesão de apoiadores, é possível verificar que o número de ações subscritas aumentou exponencialmente nos primeiros meses diante da divulgação dos resultados parciais na imprensa e da participação do imperador e da imperatriz. Contudo, a partir de junho, nota-se uma perda na aceleração do crescimento da adesão ao programa.

Um reflexo do momento político e das discussões em torno da constituinte. Em resumo, a arrecadação³⁰ dos primeiros meses, por número de ações, atingiu as quantidades descritas no Gráfico 1.

Sob o registro nº 161, às folhas 15 do livro 1º da Receita e Despesa do Tesouro Público do Rio de Janeiro, com data de 15 de maio de 1823, foi realizado o primeiro depósito no tesouro público dos valores arrecadados pelo tesoureiro-geral Francisco José da Rocha. O valor entregue na ocasião foi de 32:938U000 (trinta e dois contos, novecentos e trinta e oito mil réis) (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 123, 4 de junho de 1823).

Conforme afirmou Brian Vale (1971, p. 16), “por toda a nação, os brasileiros estavam doando lealmente para a subscrição nacional para a Marinha, e o dinheiro já estava fluindo para os cofres do fundo”. Importa ressaltar que as colaborações não se davam

“Por toda a nação, os brasileiros estavam doando lealmente para a subscrição nacional para a Marinha, e o dinheiro estava fluindo para os cofres do fundo”

Brian Vale

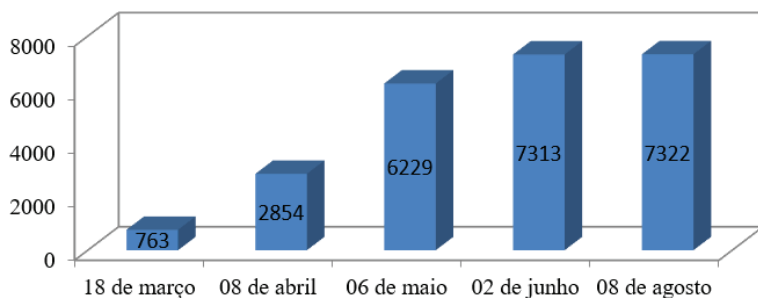


Gráfico 1 – Evolução da subscrição (por nº de ações) entre os meses de março e agosto de 1823

Fonte: Elaboração do autor com base nas publicações do Jornal *Diário do Governo* do período compreendido

30 Uma errata publicada na edição nº 8 do *Diário do Governo*, datada de 9 de julho de 1823, altera o valor total de ações arrecadadas até 2 de junho para 7.313, corrigindo o somatório de 8.013 que houvera sido publicado na edição nº 121, datada de 2 de junho do mesmo ano.

somente pelas ações da subscrição, pois muitos cidadãos desejavam participar, mas não necessariamente possuíam valores em espécie. Assim, disponibilizavam os mais variados donativos em benefício da nascente Marinha Imperial brasileira.

Nesse sentido, um dos itens que mais abundava em ofertas eram as madeiras para a construção naval. Em nota da Repartição dos Negócios da Marinha, datada de 4 de junho de 1823, foi apresentada a oferta que fizeram os irmãos José Manoel Nunes Pereira, Joaquim José Nunes e João Carlos Nunes, de “trez a quatro dúzias de vinhaticos³¹ de 30 palmos, para a Marinha nacional e imperial”. Por meio do ministro Luiz da Cunha Moreira, o imperador respondeu “que não só há por bem aceitar a referida oferta, mas que muito louva o patriotismo e a adesão à causa deste Império” (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 7, 8 de julho de 1823, p. 38).

Do mesmo modo, em outubro do mesmo ano, ao tratar sobre o transporte e a acomodação de madeiras provenientes da atual cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, o ministro da Marinha, Luiz Cunha Moreira, orientou o comandante militar da região sobre como proceder.

Muito se lhe recommenda que promova o augmento desta consignaçon por meios suaves, pois que ella he voluntaria, assim como também o foi a subscriçãõ para as madeiras de construcão da Curveta *Campista*³², e

que deve promover do mesmo modo a remessa das outras que ofereceu Luiz Antonio Leal, e sua sogra D. Clara Fernandes de Almeida, donos do sitio denominado Dous Rios, neste Districto de Campos. (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 112, 19 de maio de 1824, p. 463)

Além disso, passaram a chegar as notícias das adesões das províncias mais afastadas, assim como informações sobre a oferta de outros donativos para a Marinha de Guerra. Em carta datada de 9 de maio de 1823, o cidadão Gabriel Martins Basto, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, encaminhou a seguinte resposta ao presidente do governo provisório da província:

Ilmo. e Exmo. Sr. Accuso a recepção da honrosa Carta, com que V. Ex. me brindou, convidando-me a concorrer com a quantia, que me fosse possível para as actuaes despesas da guerra; a cujo respeito tenho de communicar a V. E. que para dar um diminuto signal do quanto desejo cooperar para a gloria, e prosperidade do nascente, porém grande Império do Brasil, minha Pátria, ofereço entrar no Thezouro Publico da Corte do Rio de Janeiro, em razão deter ali dinheiro disponivel, com 100.U000 r.s annuaes, emquanto durar a guerra; isto além da subscriçãõ para augmento da Marinha deste Império, a que já me prestei com quatro accções mensaes, que continuarei

31 *Platthymenia Foliolosa* ou *Platthymenia reticulata*, árvore da família *Leguminosae Mimosoideae*. Possui madeira nobre, hoje rara, de extraordinária beleza, usada na construção naval no acabamento interno de embarcações, em carpintaria fina. Na carpintaria civil, é utilizada em móveis de alto padrão, painéis decorativos, lambris e esculturas (GONZAGA, 2006, p. 212).

32 Que se encontrava em construção desde 13 de outubro de 1824. Em 13 de agosto de 1826, foi lançada ao mar e dada como pronta para navegar em fevereiro de 1827. Curiosamente, antes de ser lançada ao mar, teve sua nomenclatura alterada para *D. Francisca*, em homenagem à irmã do imperador. Seu primeiro nome, *Campista*, foi restabelecido após a abdicação de D. Pedro I, por ato de 29 de maio de 1831 (GREENHALGH, 1965, p. 45).

a pagar nesta Capital em seos devidos tempos. E quando aconteça verem-se os cofres nacionaes em apurada urgência, protesto soccorrel-os com a metade dos bens que possuo. (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 141, 28 de junho de 1823, p. 732)

Da mesma maneira, o Sargento-Mor José Rodrigues Barcellos, da mesma província, mandou entregar, pelo Sr. João Teixeira de Magalhães, a importância de 192\$000 (cento e noventa e dois mil réis)³³ ao tesoureiro-geral, “importe de duzentas e quarenta ações que voluntaria e, gratuitamente, oferece para o fim acima declarado” (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 29, 4 de agosto de 1823, p. 164).

É de salientar as adesões das tropas que se encontravam na luta pela garantia da independência do Brasil na Província Cisplatina, tendo o Capitão de Mar e Guerra Pedro Antonio Nunes³⁴ e o Marechal de Campo José de Abreu³⁵ convidado suas tropas a participarem da subscrição. Este último proferiu a seguinte comunicação às suas tropas em 22 de junho de 1823:

Generosos, e fiéis companheiros d’armas! Vindo por noticia ao meo conhecimento, que se havia instituído na Corte do Imperio uma Subscrição voluntaria, e mensal, com a Augusta aprovação de S. M. I. para o utilissimo fim de augmentar a Marinha de Guerra do Imperio do Brasil, e que a mesma Subscrição se havia de estabelecer por todas as Provincias do mesmo

Imperio; e sendo bem conhecidas a todas as luzes as proficuas vantagens, que necessariamente devem provir de uma contribuição, que vai ser aplicada para o engrandecimento do Imperio, sua segurança, e tranquillidade, como he, manter em actitude respeitável a vastissima costa do Brasil, e conservar sempre uma força marítima, para repellir com energia a qualquer agressão externa: e achando-nos nesta Provincia coadjuvando o valente Exercito Imperial, que pugna pela Sagrada Causa do Brasil contra a rebelde Divisão Lusitana da Praça de Monte Video, e suas infames maquinações: e consequentemente vendo-nos ausentes dos nossos lares, aonde deveríamos subscrever aquella contribuição, da maneira que ali já haverá sido estabelecida. Eu vos convido, valorosos, e leaes brasileiros, que estais ás minhas immediatas ordens, na intima convicção em que estou do vosso Patriotismo, e firme adesão á Augusta Pessoa do Nosso Immortal Imperador, e á grande Causa da Independência deste Império, a subscrever algum numero de ações para tão importante objeto, e contribuir desde já com as que dictar a vossa generosidade, e Patriotismo. Não deve ser só o attributo dos bravos Militares da Provincia de S. Pedro os seos marciaes feitos tantas vezes despendidos nos campos da gloria com o mais desmedido valor, constância e lealdade: a Patria também reclama pela prática de outras virtudes, que também tem asilo

33 De acordo com os dados da conversão aproximada de Gomes (2007), tal valor corresponderia a R\$ 23.316,00 (vinte e três mil, trezentos e dezesseis reais).

34 Ver os resultados na edição nº 135 do Jornal *Diário do Governo*, datada de 10 de dezembro de 1823.

35 Ali juntou entre os seus subordinados 67 ações, sendo oito do próprio marechal, e o montante pagou adiantado o valor referente aos três anos da subscrição (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 68, 20 de setembro de 1823, p. 324). Mais tarde o Marechal Abreu haveria de morrer em combate lutando pelo Império do Brasil na Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827.

em seus corações; fazei-vos pois mais valiosos por uma prestação espontânea de tão transcendente utilidade, e que tantas relações tem com os públicos interesses. Quartel general na Capilha de Mercedes, 22 de junho de 1823. José de Abreu. (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 67, 19 de setembro de 1823, p. 319)

Ademais, o presidente da província de São Pedro do Rio Grande, João de Deus Menna Barreto, propôs a oferta de um bergantim de guerra para o serviço do país por meio de um convite aos comerciantes de Porto Alegre no início de 1823³⁶. Menna Barreto opinava que uma nação “para ser verdadeiramente grande, livre e respeitada, necessita ter uma boa Marinha, a qual, pelas circunstâncias actuaes em que se acha a Fazenda Nacional, se não pôde effectuar com aquella rapidez que Sua Magestade Imperial conhece bem, seria preciso e desejára” (MENNA BARRETO, João de D. [Correspondência]. Destinatário: Comerciantes da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre, 28 jan. 1823. 1 convite. *apud* SILVA, 1882, 2º vol. p. 114).

Da subscrição levada a cabo na capital da província resultou, inicialmente, a importância de 7:343\$000 (sete contos, trezentos e quarenta e três mil réis). Em correspondência a José Bonifácio, Menna Barreto afirmou: “devendo eu assegurar a V. Ex. que fico na diligencia de conseguir por outras partes da Provincia a quantia total para o seu completamento, o que não será difficil” (MENNA BARRETO, João de D. [Correspondência]. Destinatário: José Bonifácio de Andrada e Silva. Porto Alegre, 23 fev. 1823. 1 officio. *apud* SILVA, 1882, 2º vol., p. 112).

A causa fora também abraçada em outras províncias do Império. Por officio datado 29 de julho de 1823, o coronel governador das Armas de Goiás participou ter promovido uma subscrição voluntária, tendo o próprio subscrito dez ações, além das quatro que já pagava na Corte. Em consequência, houve a subscrição de 39 ações por seus subordinados. Em razão disso, o imperador mandou agradecer-lo, por meio de João Vieira de Carvalho, em 16 de outubro de 1823 (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 98, 25 de outubro de 1823, pp. 465-466).

O Vigário Joaquim Cardoso Brum e alguns paroquianos da freguesia do Espírito Santo, em Jaguarão, comprometeram-se a enviar gratuita e anualmente 50 bois para o abastecimento da Marinha de Guerra, “donativo esse pontualmente entregue durante três anos de vigência da subscrição” (MAIA, 1975, p. 57).

Ao receber a mencionada oferta, o imperador mandou que se efetuassem as diligências para torná-la efetiva.

Havendo o Vigário da Freguesia do Espírito Santo, em Jaguarão, Joaquim Cardoso Brum, Thomaz de Souza Sequeira e Silva, Antonio José de Seixas, Marcos José de Seixas, José Moreira Paes e Manoel Cardoso Brum, todos da Provincia do Rio Grande do Sul, pelo seu decidido patriotismo e adesão á Sagrada Causa deste Imperio, feito o offerecimento gratuito de cinquenta bois, cada anno, para fornecimento da Marinha de Guerra, pelo espaço de tres annos contados de 20 de Julho proximo passado: assim o manda Sua Magestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos

36 As comunicações completas de João de Deus Menna Barreto referentes ao assunto foram publicadas por Theotônio Meireles da Silva na sua obra *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira* (SILVA, 1882, 2º vol., pp. 113-117).

Negócios do Imperio, participar ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, para que por aquella Repartição se passem as necessárias Ordens, para a effectividade da dita offerta, na forma da Relação inclusa assignada por Francisco Gomes de Campos, que serve de Official Maior da dita Secretaria de Estado. Palacio do Rio de Janeiro, 22 de Agosto de 1823. - José Joaquim Carneiro de Campos. (CAMPOS, José J. C de. [Correspondência]. Destinatário: Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Rio de Janeiro, 22 ago. 1823. 1 convite. *apud* SILVA, 1882, 2º vol., p. 114)

E, da mesma forma, foram oferecidos pelo Capitão-Mor Manoel José de Mello, comandante da Vila de Guaratinguetá, “50 alqueires de feijão”. Os comerciantes de Santa Catarina, por intermédio do Coronel Aureliano de Souza e Oliveira, “mandaram avultada soma para a aquisição de uma canhoneira, o povo de Mangaratiba também fez apreciável donativo e assim do resto do Brasil” (BOITEUX, 1954, p. 216).

Enfim, de toda parte afluíam os donativos e as contribuições (MAIA, 1975). Importa referir que, assim como esses, houve muitos outros donativos disponibilizados, os quais aqui não se elencaram pela concisão deste trabalho ou mesmo pelo extravio da documentação comprobatória no decurso dos últimos 200 anos.

OS RESULTADOS DA CAPTAÇÃO DOS RECURSOS

No que diz respeito aos resultados, a maioria dos estudiosos do processo de formação da Marinha brasileira, ao abor-

dar a subscrição pública para aumento da Força Marítima, qualificaram-na como bem-sucedida. Mesmo a interpretação de Greenhalgh (1965, p. 6), ao considerar “o produto da subscrição popular insuficiente para os fins propostos”, levou em consideração a necessidade mais premente daquele tempo, ou seja, a Campanha da Independência.

Recorde-se que, naquela ocasião, foram empregados, primordialmente, os navios da antiga esquadra portuguesa, além de outros apresados durante as lutas. Tendo em vista a morosidade da arrecadação dos fundos, algo que não se podia esperar diferente diante dos recursos administrativos e logísticos disponíveis, a avaliação de Greenhalgh não estaria de todo equivocada.

Ademais, nessa mesma conjuntura, a Fragata *Niterói*³⁷ foi inteiramente remodelada às expensas de José Domingos Ataíde Moncorvo, João Goulart e Lourenço Antônio do Rego, tendo concorrido o governo apenas com o velame. As contribuições dos negociantes do Rio de Janeiro avultaram em mais de cem contos de réis (MAIA, 1975, p. 57).

Além do já referido Brigue *Caboclo*, doado pelo imperador, também foi adquirido a Brown Watson o brigue britânico *Nightingale* por 13:000\$000 (treze contos de réis). Este navio recebeu a designação de *Guarani* e, com ele, foi adquirido o carvão de pedra existente a bordo pelo preço de 12\$000 (doze mil réis) a tonelada, com pagamento a ser efetuado com bilhetes da Alfândega em seis meses³⁸. No mesmo mês, os brigues-escuna *Atlanta* e *Rio da Prata* foram, respectivamente, comprados por Labatut e Laguna e mandados ao Rio de Janeiro para conversão (PALHA, 1880).

37 Originalmente nomeada de *Sucesso*. Construída em Lisboa em 1818 e reaparelhada no Rio de Janeiro em 1822, tendo sido rebatizada como *Niterói* em 25 de janeiro de 1823. Tripulação: 260 (VALE, 2002, p. 84).

38 Ver nota existente no Jornal *Diário do Governo* de 20 de março de 1823.

O trabalho no Arsenal atingiu um ponto até então não conhecido. Um visitante regular era o imperador, que chegava frequentemente ao amanhecer e passava a manhã instando os operários a ainda maiores esforços (VALE, 1971, p. 10). Conforme afirmou Maria Graham (1824, p. 2019, tradução nossa), “o imperador gosta da Marinha e é muito ativo em investigar todos os departamentos. Ele está frequentemente nas docas à luz do dia, e a Imperatriz geralmente o acompanha. Suas majestades parecem ser altamente populares”.

De mais a mais, conforme assinalou Caminha (1986), não se deve perder de vista o efeito psicológico positivo causado pela convergência de esforços para o reforço da Marinha de Guerra. Afinal, tratava-se de um momento de grandes decisões, e o atendimento ao chamado para a subscrição pública revelou a

existência de um vigoroso sentimento em prol da causa brasileira, independente da existência ou não de interesses próprios dos atores envolvidos.

No que tange aos números da subscrição, diante das publicações levadas a cabo pelo tesoureiro-geral, Francisco José da Rocha, foi possível construir uma tabela para demonstrar o desenvolvimento da arrecadação.

É notável o prolongamento da subscrição para além dos três anos planejados inicialmente. Isso ocorreu em virtude da existência de pagamentos retardatários, dado que a subscrição contava três anos a partir de sua efetivação em determinada localidade, e, em muitas províncias, isso ocorreu com perceptível atraso. Sendo assim, aqueles que iniciaram a subscrição nos primeiros meses de 1823, quando foi implementada, já a estavam concluindo no

Data-base	Valor (em réis)	Data-base	Valor (em réis)	Data-base	Valor (em réis)
15 mai. 1823	32:938\$000	06 ago. 1824	143:025\$165	02 set. 1825	203:571\$455
03 jul. 1823	43:005\$280	1º set. 1824	149:175\$878	1º out. 1825	205:908\$655
02 set. 1823	59:726\$680	1º out. 1824	156:844\$784	03 nov. 1825	208:122\$615
1º out. 1823	71:079\$353	03 nov. 1824	160:114\$784	05 dez. 1825	211:080\$895
04 nov. 1823	81:882\$666	02 dez. 1824	163:063\$864	02 jan. 1826	213:138\$195
02 dez. 1823	90:937\$394	03 jan. 1825	166:626\$804	1º fev. 1826	216:552\$595
02 jan. 1824	95:558\$994	12 fev. 1825	170:532\$894	1º mar. 1826	217:382\$855
04 fev. 1824	100:787\$714	1º mar. 1825	177:933\$019	1º abr. 1826	218:837\$255
1º mar. 1824	108:584\$314	06 abr. 1825	183:643\$926	02 mai. 1826	220:575\$399
1º abr. 1824	118:433\$934	04 mai. 1825	189:579\$726	1º jun. 1826	221:654\$567
04 mai. 1824	126:535\$914	03 jun. 1825	192:717\$225	04 dez. 1826	227:352\$231
1º jun. 1824	132:997\$865	1º jul. 1825	196:674\$065	02 jan. 1827	227:819\$431
1º jul. 1824	138:318\$365	1º ago. 1825	199:103\$505	1º fev. 1827	228:209\$881

Tabela 1 – Progresso da arrecadação de recursos da subscrição pública (maio 1823 a fevereiro de 1827)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas publicações dos jornais *Diário do Governo* e *Diário Fluminense*, entre 4 de junho de 1823 e 5 de fevereiro de 1827³⁹

39 Os resultados do período compreendido entre 15 de maio de 1823 e 4 de maio de 1824 foram obtidos do jornal *Diário do Governo*. A partir de 21 mai. 1824, esse jornal foi substituído pelo periódico *Diário Fluminense*, portanto, os dados do período compreendido entre 1º de junho de 1824 e 1º de fevereiro de 1827 foram consultados nesta última fonte.

início de 1826, caso não tivessem decidido quitar com antecedência⁴⁰.

Convém salientar que os valores angariados afluíam para os cofres públicos de maneira fracionada e no decurso de um período relativamente longo. Além disso, é admissível que, diante das circunstâncias, a aplicação parcial dos valores para a compra de embarcações menores, e mesmo para o reparo das existentes, tenha se tornado inevitável. Ainda assim, é possível que se estabeleça um cálculo comparativo para determinar a efetividade dos resultados da subscrição.

Por essa lógica, D. Pedro I, ao mencionar a situação da Marinha em meados de maio de 1823, assinalou: “espero mais seis fragatas de 50 peças, prontas de gente e armamento, e de tudo quanto he necessario para combate, para cuja compra já mandei ordem⁴¹. Parece-me que o custo não excederá muito a 300 contos de réis, segundo o que me foi participado” (DIÁRIO DO GOVERNO, n. 100, 5 de maio de 1823, p. 483).

Conquanto o imperador tenha se referido a fragatas armadas e tripuladas, é possível inferir que cada unidade dessa classe de navio, com os mesmos atributos, custava cerca de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) naquele período. Assente nas informações levantadas, significa dizer que, sendo consolidado o valor arrecadado com a subscrição, poderia ele

ter custeado quatro fragatas prontas para o combate. Com o restante, ainda se poderia adquirir com folga dois navios de menor porte, tal qual o *Guarani*, cujo custo foi de 13:000\$000 (treze contos de réis).

Depreende-se que a aquisição de meios de tal monta, por intermédio de uma subscrição pública, ocorrida em um país ainda pouco povoado⁴² e na primeira metade do século XIX, não pode ser considerada infecunda. Vale lembrar que o cálculo não levou em conta as já citadas contribuições em gêneros e materiais, além de outras que este estudo certamente não alcançou.

A seguir, pode-se verificar o último montante identificado referente à subscrição, totalizando 228:209\$881 (duzentos e vinte e oito contos, duzentos e nove mil e oitocentos e oitenta e um réis)⁴³ até 1º de fevereiro de 1827.

Apesar de a subscrição haver continuado ao longo do ano de 1827, o secretário-geral não mais publicou os resultados na imprensa. Em 4 de janeiro de 1828, Francisco José da Rocha encaminhou ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Miguel Calmon du Pin e Almeida, um ofício com o resumo demonstrativo dos resultados do procedimento. De tal comprovação, resultou uma portaria encerrando a subscrição em 30 de janeiro de 1828.

Não obstante a impossibilidade de serem adquiridas novas ações, permanecia a

40 Do mesmo modo, identificaram-se casos de pedido de renovação da subscrição. É o caso do Desembargador José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo. Coincidência ou não (e muito provavelmente não), trata-se do mesmo indivíduo que coligiu a legislação brasileira usada como referência bibliográfica deste trabalho, na qual já aparece na condição de conselheiro. “Aviso de 10 de março de 1825. Tendo subido à augusta presença de S. M. o I., a representação com data de hontem, em que o Desembargador José Paulo de Figueirôa Nabuco de Araújo oferece prosseguir por mais três annos, além dos estabelecidos para a subscrição actual da Marinha, com a prestação das quatro acções mensais com que subscreverá...” (BRASIL, 1825, Tomo V, pp. 50-51).

41 Apesar do anúncio, essa compra não foi executada por falta de recursos (GREENHALGH, 1965).

42 O Brasil, à época, possuía 3,5 milhões de habitantes aproximadamente. Cerca de 60% da população espalhava-se, desigualmente, por uma estreita faixa que não ultrapassava algumas dezenas de quilômetros do litoral, concentrando-se principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro (CAMINHA, 1986).

43 De acordo com os dados da conversão aproximada de Gomes (2007), esse montante corresponderia a R\$ 28.069.815,36 (vinte e oito milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e quinze reais e trinta e seis centavos).

Estado da Subscrição.

Quantias entregues no Thesouro Nacional até 2 de Janeiro: Diário Fluminense N.º 5 pag. 17 vol. 9....		227:819U431
Item no dia acima:		
Pertencente á Provincia do Rio de Janeiro.....		277U600
Item á do Espirito Santo...		112U800
		390U400
Total		228:209U831

Rio de Janeiro 1 de Fevereiro de 1827. — Francisco José da Rocha, Thesoureiro Geral.

Figura 2 – Controle do andamento da subscrição até 1º de fevereiro de 1827, publicado pelo tesoureiro-geral
Fonte: (DIÁRIO FLUMINENSE, n. 27, 5 de fevereiro de 1827, p. 105)

alternativa de quitação dos compromissos já assumidos pelos colaboradores, os quais não podiam ser compelidos ao pagamento em virtude do caráter voluntário da subscrição. Nesse sentido, a portaria revelava a existência de 116.669 ações já contratadas e ainda pendentes de pagamento. O período para a quitação voluntária de tais compromissos seria de quatro meses, a contar de 1º de fevereiro de 1828.

Com a finalização do prazo, em 1º de junho de 1828, o tesoureiro-geral deveria fechar a conta da subscrição e publicar na imprensa a lista de todos os subscritores com a declaração do número de ações que cada um assinou e as que efetivamente pagou. Com isso, a comissão de Francisco José da Rocha estaria encerrada (DIÁRIO FLUMINENSE, n. 35, 12 fevereiro de 1828, p. 137).

Em 24 de abril de 1828, o tesoureiro-geral publicou novamente a portaria de 30 de janeiro na imprensa. Dizia ele que se achava pronto no seu escritório, na Rua da Quitanda nº 233, a qualquer hora do dia, “para receber qualquer quantia que alli se mande entregar, e igualmente a verificar as contas dos senhores arrecadadores, de quem espera receber os cadernos das cobranças e

conta final das mesmas, não só para ficarem desonerados, como para desonerarem seus fiadores” (DIÁRIO FLUMINENSE, n. 93, 24 de abril de 1828, p. 369).

Ocorre que os resultados não foram publicados, conforme previsto, o que impediu o acesso aos números finais da subscrição. Dessa forma, o desfecho deste estudo ficou limitado à apresentação da sistemática de funcionamento da subscrição, compreendendo a organização das ideias desde o advento do plano até a execução das ações. Em termos financeiros, o presente levantamento é o único realizado até então, mas não o final, já que os números apresentados se referem aos resultados alcançados até 1º de fevereiro de 1827⁴⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora delineado examinou a sistemática de funcionamento e a execução da subscrição pública mensal, concebida na terceira década do século XIX, para aumento da Marinha do Império do Brasil. Para tanto, foram apresentados a conjuntura que fez aflorar tal ideia, a normatização das ações para a captação das contribuições, a execução do plano

44 Ao longo de 1828, Francisco José da Rocha já aparece desempenhando diversas atividades, entre elas as de negociante, de juiz de fato e de tesoureiro da caixa da amortização. Em 12 de outubro de 1828, foi agraciado com a medalha da Imperial Ordem do Cruzeiro, no grau de oficial (DIÁRIO FLUMINENSE, n. 88, 14 de outubro de 1828, p. 351).

proposto e os resultados alcançáveis em termos monetários.

Diante da análise dos documentos obtidos, foi possível evidenciar que o procedimento significou um dos primeiros esforços de participação pública para a construção de uma instituição perene do Brasil independente. Nessa acepção, seria de bom tom que um trabalho complementar a este pudesse explorar a identidade dos subscritores, suas origens e tipos sociais, assim como as minúcias da aplicação dos valores resultantes da captação de recursos.

O reconhecimento dos participantes pode ser facilitado pelas diversas edições do jornal *Diário do Governo* daquele período, cujas listas demonstravam a coadjuvação de indivíduos de variadas origens. Quanto ao emprego dos recursos, Artur Jaceguai (1903, pp. 114-115) registrou que as fragatas *Constituição* e *Príncipe Imperial* foram “compradas nos Estados-Unidos, em 1826, por conta do producto da subscrição patriótica para augmento da Marinha Imperial”. De fato, muito poderia ser acrescentado ao estudo histórico a elucidação de questões

**Dessa forma, o Brasil
obteve supremacia marítima
na América do Sul. Por
justiça, há de se reavivarem
os nomes de D. Pedro I,
Cunha Moreira, Caldeira
Brant, José Bonifácio e de
tantos outros ainda
olvidados pela história**

sobre a gênese da Marinha e, por conseguinte, sobre a história do próprio Brasil enquanto país independente.

Dessa forma, seja pelo aproveitamento dos navios portugueses surtos no país, seja pelos aprisionamentos realizados, pelas reformas conduzidas ou pelo resultado da subscrição pública, o fato é que, ao entrar no convívio das nações soberanas, o Brasil “achava-se com poder naval não desdenhável e que lhe deu para logo incontestável supremacia marítima na América do Sul” (JACEGUAÍ, 1903, pp. 98-99).

Apesar da mediação internacional no seu epílogo, na guerra iniciada em 1825, esses meios assegurariam o domínio do mar para o Brasil, impossibilitando que os interesses das Províncias Unidas do Rio da

Prata fossem alcançados. Indubitavelmente, um grande feito para um jovem país.

É bom recordar, por fim, que os fatos aqui aludidos fazem menção a um período em que o atual patrono da força marítima era tão-somente um jovem oficial a revelar seu valor⁴⁵. Em vista disso, rememora-se a importância não só

45 Nascido em 1807, Joaquim Marques Lisboa incorporou-se à Armada Imperial brasileira como voluntário aos 15 anos de idade. À época da independência, esteve a bordo da Fragata *Niterói* sob o comando de John Taylor. Em 9 de novembro de 1823, regressou da viagem realizada por aquele navio até o estuário do Rio Tejo, por ocasião da retirada portuguesa de Salvador, ocorrida em 2 de julho de 1823. Ao voltar dessa comissão, foi reconhecido como “apto para as funções de bordo”, e, a 19 de janeiro de 1824, determinou-se, por decreto, a matrícula do voluntário na Academia Imperial da Marinha. A partir daí, sua formação seria solidificada, e Joaquim Marques Lisboa se destacaria nos principais acontecimentos do Brasil Imperial, solidificando uma memorável carreira marítima. Ao longo de sua vida, recebeu notáveis provas de reconhecimento por sua contribuição para o país. Foi barão, visconde, conde e marquês de Tamandaré durante o Império e agraciado com várias medalhas e condecorações. Em 1925, a Marinha fez do Marquês de Tamandaré seu patrono (LIMA, 1983).

da atuação da Marinha Imperial desde a independência do país, mas também dos próceres de cujo esforço aflorou a criação e o desenvolvimento da instituição.

Com justiça, há de se reavivarem os nomes do Imperador D. Pedro I, de Luís

da Cunha Moreira, de Felisberto Caldeira Brant e de José Bonifácio, mas sem deixar de se fazer referência a cada personagem apontado neste estudo, e a tantos outros não menos importantes que ainda permanecem olvidados pela história.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ADMINISTRAÇÃO>; História do Brasil; História da Independência do Brasil; História da Marinha do Brasil;

<NOMES>; Vultos Navais;

<VALORES>; Civismo; Patriotismo; Soberania; Valores;

REFERÊNCIAS

Para obter a extensa lista de Referências Bibliográficas, entrar em contato pelo *e-mail*: vagner.rigola@gmail.com.